

ATA N.º 12/2014

Data da reunião ordinária: 03-06-2014

Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal

Início da reunião: 14:30 horas

Términus da reunião: 17:20 horas

A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.

Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:

Presidente: Jorge Manuel Alves de Faria

Vereadores:

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Rui Pedro Dias Gonçalves, em substituição da Vereadora Sra. Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, ao abrigo do art.º 78.º (ausência inferior a 30 dias) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro.
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
José David da Silva Ribeiro
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:

Responsável pela elaboração da ata:

Nome: Laura Maria Faria Vergamota

Cargo: Coordenador Técnico

Faltas justificadas:

Faltas por justificar:

Resumo diário da Tesouraria: 02-06-2014

Operações Orçamentais: 329.885,87

Operações não Orçamentais: 284.930,90

ELEITOS LOCAIS

7624/14 – SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA SRA. MARIA ISILDA VIDEIRA NOGUEIRA DA SILVA AGUINCHA

- O Exmo. Presidente tomou o uso da palavra dando conhecimento da comunicação da Vereadora Sr.^a Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, sobre o seu impedimento em participar nos trabalhos do Executivo Municipal agendados para o dia de hoje, por força dos Trabalhos Parlamentares e do disposto na Lei n.º 7/93, de 1 de março, enquanto deputada na Assembleia da República, eleita pelo círculo eleitoral de Santarém, solicitando a sua substituição ao abrigo do artigo 78.º (ausência inferior a 30 dias) da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e a informar que o membro seguinte na lista, a candidata Paula Maria da Costa Pereira, apresentou a renúncia ao mandato, ao abrigo do art.º 76.º dos diplomas legais acima referidos, sendo a mesma substituída pelo membro seguinte da mesma lista, Rui Pedro Dias Gonçalves, conforme as comunicações também anexas. Seguidamente, o Exmo. Presidente, dado ter verificado a legitimidade do candidato Rui Pedro Dias Gonçalves como 3.º elemento na lista do PSD da candidatura a esta Câmara Municipal, convidou-o a tomar o lugar como Vereador, em substituição da Vereadora Sr.^a Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha, o que foi efetuado de imediato.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo proposto a análise dos seguintes assuntos, o que foi aceite por unanimidade:

EXPEDIENTE DIVERSO

7597/14 – FEDERAÇÃO DOS BOMBEIROS DO DISTRITO DE SANTARÉM – DIA DISTRITAL DO BOMBEIRO – PEDIDO DE APOIO

- Ofício n.º 20/VB/14, de 26 de abril, da Direção da Federação dos Bombeiros do Distrito de Santarém, a comunicar que vai realizar, no próximo dia 7 de junho, na Cidade do Entroncamento, as comemorações do Dia Distrital do Bombeiro.
- A Câmara, deliberou por unanimidade, atribuir um subsídio pontual no valor de 400 €.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

7376/14 – ESCOTEIROS DE PORTUGAL – GRUPO 84 – CEDÊNCIA DO CAMPO DE FUTEBOL – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- E-mail de 26 de maio de 2014, dos Escoteiros de Portugal - Grupo 84, a solicitar a cedência do Campo de Futebol, para a realização de uma atividade de cariz desportivo, no dia 1 de junho.

- Sobre este assunto o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho: «Autorizo a isenção de taxas ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, à reunião para ratificação.»
- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar este despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TOPONÍMIA

7503/14 – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE NOME AO CENTRO ESCOLAR NORTE

- Da Sr.^a Vereadora da Educação, Tília Nunes, foi presente a seguinte proposta relativa à atribuição de nome ao Centro Escolar Norte:

«Na sequência do Inquérito para atribuição de um nome para o Centro Escolar Norte (tendo como objetivo a participação efetiva da comunidade do Entroncamento), que decorreu através do *site* do Município, entre os dias 15 e 25 de maio de 2014, o nome mais votado foi “Escola Básica do Bonito”.

Os nomes Escola Básica do Bonito, Escola Básica Jean Monnet, Escola Básica Almada Negreiros, Escola Básica Matilde Rosa Araújo e Escola Básica Miguel Torga, resultaram de propostas informais apresentadas pelo Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, Associações de Pais, Comissão de Toponímia, entre outros.

A escolha destes nomes teve como fundamento ou a localização geográfica envolvente ou personalidades nacionais e internacionais de relevo.

Escola Básica do Bonito – apesar de não estar inserida no local em si, identifica-se geograficamente com a zona do Bonito (por proximidade), facilitando a localização espacial dentro do concelho;

Escola Básica Jean Monnet – Arquiteto da unidade europeia (CEE). Primeiro Presidente da CECA - Comunidade Europeia do Carvão e do Aço;

Escola Básica Almada Negreiros (nome de uma das ruas da envolvente ao centro escolar) – Artista multidisciplinar português que se dedicou fundamentalmente às artes plásticas (desenho e pintura) e à escrita (romance, poesia, ensaio, dramaturgia) ocupando uma posição central na primeira geração de modernistas portugueses;

Escola Básica Matilde Rosa Araújo – Escritora de literatura infantil, professora na Escola de Magistério Primário de Lisboa;

Escola Básica Miguel Torga - Um dos mais influentes poetas e escritores portugueses do século XX. Destacou-se como poeta, contista e memorialista, tendo também escrito romances, peças de teatro e ensaios.

O inquérito *on line* obteve 324 respostas, tendo a opção Escola Básica do Bonito obtido 81% dos votos; a Escola Básica Matilde Rosa Araújo 25%; a Escola Básica Almada Negreiros 19%; a Escola Básica Miguel Torga 14% e Escola Básica Jean Monnet 1%.

Esta proposta deverá ainda ser enviada ao órgão de direção do estabelecimento de ensino onde aquela se insere, para emissão de parecer pela respetiva assembleia, após o que será remetida para aprovação ao Ministério da Educação, conforme disposto no DL 299/07 de 22/08.»

- O Vereador Sr. Carlos Matias apresentou a seguinte intervenção:

«Sobre o nome para o Centro Escolar Norte, que hoje aqui vem para aprovação, reafirmo a minha discordância com o procedimento adotado.

Os cinco nomes colocados à votação partiram de uma pré-seleção feita exclusivamente pelos eleitos do Partido Socialista, ouvidas algumas pessoas da comunidade escolar. De entre eles, foi, finalmente, escolhido um nome.

Agora, momento em que o assunto vem à Câmara, estou politicamente diminuído na minha competência propositiva.

De facto, ainda que eu dispusesse de uma proposta mais meritória, estou agora condicionado pelo resultado de uma votação pública que já escolheu outro nome.

O que seria aceitável era que aqui, num esforço de concertação, nós **todos** chegássemos a um conjunto de 5 nomes. Um esforço de concertação que se justificaria por se tratar de uma marca que irá perdurar por gerações E que daí,

desses cinco nomes, os munícipes --- muitos munícipes -- escolhessem então um nome.

Como foi feito, não.

Portanto, não me pronuncio sobre o nome proposto. Embora tenha opinião, como é lógico, não farei qualquer avaliação --- positiva ou negativa. Nem da minha abstenção poderá retirar-se qualquer outra ilação.

De resto, perante o erro na condução deste processo, apenas voto porque é um formalismo a que estou legalmente obrigado.»

A Câmara, após aceitar e discutir esta proposta, aprovou-a por maioria, com a abstenção do Vereador Sr. Carlos Matias.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

7637/14 – MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – FESTAS DA CIDADE (REGULAÇÃO DO TRÂNSITO E PARQUES DE ESTACIONAMENTO DE APOIO)

- Do Técnico Superior, Eng.º Civil Nuno Valente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a aplicação de sinalização para as Festas da Cidade:

«De acordo com o solicitado por V.Ex^a, serve a presente informação para apresentar proposta de regulação dos sentidos de trânsito na zona de influência das Festas da Cidade bem como os possíveis Parques de Estacionamento de apoio aos utentes das mesmas.

Anexam-se as plantas com as referidas propostas.»

- A Câmara, de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

7425/14 – EXECUÇÃO DO CENTRO ESCOLAR NORTE E ACESSIBILIDADES – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, N.º 26 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 26 do Contrato Inicial, no valor de 151.739,71 € (Cento e cinquenta e um mil setecentos e trinta e nove euros e setenta e um cêntimos), elaborado em 29 de maio de 2014, referente à empreitada da “Execução do Centro Escolar Norte e Acessibilidades”, adjudicada à Firma Nogueira & Matias, Lda.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3, do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, procedo à homologação do presente auto de medição, devendo o mesmo ser sujeito a ratificação na próxima reunião camarária.»

- A Câmara tomou conhecimento e de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

1- INFORMAÇÕES DO EXMO. PRESIDENTE

a) Leu a seguinte informação de Atividades desenvolvidas pelo Executivo, no período de 20 de maio de 2014 a 03 de junho de 2014:

«No dia 20 de maio de 2014, a Câmara Municipal do Entroncamento e o Programa REVIVER assinalaram o Dia Municipal do Idoso no Pavilhão Desportivo Municipal do Entroncamento, estando presente todo o executivo a tempo inteiro.

O evento contou com os apoios da Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima, Junta de Freguesia de São João Baptista, Associação dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento e da Polícia de Segurança Pública - Esquadra de Entroncamento e reuniu mais de oitocentos seniores num animado convívio que começou com almoço e terminou com um bailarico ao som da organista Sónia Mota.

No dia *21 de maio de 2014*, às 11.30 h, decorreu mais uma reunião com o STAL relativamente ao *Acordo Coletivo de Trabalho para o Município*, onde *estive presente* conjuntamente com a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes* e o Vereador David Ribeiro.

Nesse mesmo dia, por volta das 18.00 h, decorreu na Sala de Sessões do Edifício dos Paços do Concelho, a *Hasta Pública do direito à ocupação das lojas n.ºs 11, 13, 3, 45 e 47 do Mercado Municipal*, contando com a participação do Vereador Dr. Carlos Amaro.

Promovida pela Câmara Municipal do Entroncamento em parceria com o CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição, decorreu no *dia 21 de maio de 2014*, mais uma caminhada e corrida dos *Night Runners*.

Nos dias *22 de maio e 23 de maio de 2014* às 10.00 h, e no âmbito da Festa da Flor, realizaram-se uma Sessão de Musicoterapia e Mega Aula de Ginástica com ritmos latinos no Centro Cultural, às quais assistiram a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*. Dirigidas à população sénior, as atividades decorreram durante a manhã, proporcionando momentos com muito ritmo e animação, aos cerca de oitenta participantes.

Ainda no dia *22 de maio de 2014*, pelas 17.00 h, realizou-se uma Reunião com as Coordenadores das Atividades de Enriquecimento Curricular, os Serviços de Educação da CME, a Firma Forminho, contando com a presença da *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*, relativamente ao Balanço das atividades de Natação e Inglês do 2.º Período.

Igualmente no dia *23 de maio de 2014*, celebrou-se o Dia da Unidade – Escola Tropas Pára Quedistas – 58.º Aniversário -, no qual *estive presente*.

No dia *26 de maio de 2014*, quatro alunos representantes das turmas nº 2101 e 2302, da Escola Básica n.º 2 do Entroncamento, bem como as respetivas professoras e coordenadora de escola estiveram na Câmara Municipal para gentilmente *convidar-me*, à *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim* e à *Vereadora Dr.ª Tília Nunes* para serem *padrinhos e madrinhas das marchas da escola* e participarem ativamente na festa de final de ano da escola, que se realizará no dia 13 de junho. Dois alunos de cada uma das turmas ofereceram ao executivo a tempo inteiro manjericos, com quadras populares.

Igualmente nesse dia, às 14.30h, a convite da Diretora Executiva e do Presidente do Conselho Clínico da ACES Médio Tejo, decorreu, no Auditório da Biblioteca de Torres Novas, uma reunião de trabalho destinada à divulgação da informação veiculada em dois documentos elaborados pela Unidade de Saúde Pública –

Diagnóstico da Situação de Saúde do Médio Tejo e o Plano Local de Saúde do Médio Tejo, contando com a presença da *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim*.

Ainda nesse mesmo dia, pelas 15.00h, face ao convite formulado pelo Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional e o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia *estive presente* na tomada de posse da Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR) - Profª Doutora Ana Abrunhosa – na sede da instituição em Coimbra.

Realizou-se no dia *28 de maio de 2014*, às 10.30 h, a *Reunião do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário* no Complexo do Entroncamento, na qual *estive presente*.

Face ao convite endereçado pelo Presidente da Direção do Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento - CERE, no âmbito do *XI Encontro de Gingas e 34.º aniversário da instituição*, *estive presente* conjuntamente com a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*, no Almoço realizado no dia *28 de maio de 2014*, pelas 13.30h, nas instalações do Parque de Campismo.

Nesse mesmo dia, pelas 14.30 h, decorreu uma reunião no Gabinete da *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim* e na presença do *Vereador Dr. Carlos Amaro* com a *Resitejo – Gestão e Tratamento dos Lixos do Médio Tejo e a Firma Conta Ambiente* para apresentação de estudo para otimização da recolha de resíduos indiferenciados.

A pedido da Comissão de Pais do Infantário da Encoprof, ocorreu uma reunião com o *Vereador Dr. Carlos Amaro*, por volta das 16.30h do dia *28 de maio de 2014*, para debater a possível colaboração do Município na Festa de Encerramento do ano letivo na cedência de um espaço ajardinado, com relva e sombra (Jardim Afonso Serrão Lopes – Zona Verde) para realização de “*Picnic em Família*”.

Ainda nesse mesmo dia, estiveram presentes a *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim* e a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*, por volta das 16.30h, num *Workshop na Escola Profissional Gustave Eiffel*.

A FAJUDIS – Federação das Associações Juvenis do Distrito de Santarém, no âmbito do projeto “*Percursos para a Mudança*” apoiado pelo Programa Juventude em Ação, dinamizou no passado dia *29 de maio de 2014*, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, o *1.º Workshop Regional “Que Políticas Públicas para a Juventude?”*. O workshop teve como objetivo debater as preocupações da atual juventude, elaborar um levantamento das respostas existentes e refletir sobre as políticas locais, nacionais e europeias de inclusão social e de emprego, bem como a sua pertinência, lacunas e fragilidades.

A sessão contou com a presença de 20 convidados, entre os quais vários representantes das Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia, do IPDJ – Instituto Português do Desporto e da Juventude, das CPCJ – Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, da União das IPSS, Federação das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto do Distrito de Santarém e associações juvenis. A sessão de Abertura contou ainda com a presença da *Vereadora Dr.ª Tília Nunes* e os restantes trabalhos foram acompanhados pela *Dr.ª Sandra Pascoal* e *Dr.ª Rita Rafael*.

Ainda nesse mesmo dia, de parte da tarde, a *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim*, *Vereadora Dr.ª Tília Nunes* e técnicas da CME da Ação Social deslocaram-se ao Lares Ferroviários para agradecimento da colaboração prestada no âmbito da Festa da Flor.

Assinei, no dia *29 de maio de 2014*, pelas 16.00 h, o *Protocolo de Cooperação entre o Município do Entroncamento e o CLAC – Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento* para a organização da *XXª Edição do Grande Prémio Museu Nacional Ferroviário e 1ª Caminhada José Canelo*, atividades que integram o Programa das Festas da Cidade do Entroncamento e de São João. O Município é o promotor e organizador do evento delegando a direção técnica no CLAC.

Logo de seguida, *estive presente* conjuntamente com o *Vereador Dr. Carlos Amaro*, nas instalações da Proteção Civil, para a apresentação e votação do POM – Plano Operacional Municipal. Esse plano contém as ações necessárias à defesa da Floresta contra Incêndios. Surge da necessidade de adotar medidas que permitam minimizar os prejuízos causados anualmente pelos incêndios florestais, sendo o seu principal objetivo o avaliar e definir para o município os meios envolvidos na prevenção, deteção, primeira intervenção, combate e rescaldo a incêndios florestais.

No dia *30 de maio de 2014*, a *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim*, a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes* e o *Vereador Dr. Carlos Amaro* estiveram presentes na celebração do Dia da Eco-Escola no Colégio dos Navegantes, distribuindo Eco-Pontos. Ao longo do dia foram desenvolvidas algumas atividades com vista a sensibilizar os alunos para várias questões de responsabilidade ambiental, como a importância da preservação da água.

Na sequência da Convocatória para a Reunião Ordinária da CIMT – Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, no *dia 30 de maio de 2014*, com início às 09.00h, nas instalações da sede, *estive presente* na mesma.

Igualmente nesse dia, decorreu por volta das 14.30 h, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, a *Reunião do Conselho Municipal de Educação*, na qual *estive presente* em conjunto com a *Vereadora Dr.ª Tília Nunes*.

Por volta das 16.30 h, desse mesmo dia, no Gabinete da *Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim*, na presença do *Executivo a tempo inteiro*, realizou-se a *Despedida a dois funcionários da CME* que a partir dessa data passaram à condição de aposentados.

No dia *31 de maio de 2014*, a convite da MSC – Mediterranean Shipping Company, *estive presente* no Terminal de Contentores do Porto de Sines, na chegada do Navio Porta Contentores Cristiana. O evento – cerimónia de celebração do 10.º aniversário da operação do terminal de contentores de Sines, contou com a presença do Ministro da Economia Dr. António Pires de Lima.

No âmbito do projeto “*Viver o Comércio*”, desenvolvido pela Câmara Municipal do Entroncamento, associado ao Encerramento da Festa da Flor, decorreram durante a manhã do dia *31 de maio*, diversas atividades no Mercado Diário Municipal e na Praça Salgueiro Maia, com a seguinte programação: Workshop “*Petiscos no Mercado*” em parceria com a Escola Profissional Gustave Eiffel; Workshop de *Modelagem de Flores* (de papel e de plástico) por funcionárias da CME e *Demonstração de Dança Hip Hop* em parceria com o “*Dynamic Gym*”.

As comemorações do Dia Mundial da Criança, no dia *01 de junho de 2014*, promovidas pelo Município do Entroncamento, realizaram-se mais uma vez no Complexo Desportivo Municipal.

Insufláveis, pinturas faciais, jogos tradicionais, jogos de verão, modelagem de balões, carrinhos da ESER, pipocas e algodão doce, largada de balões, mascote Mr. Steam (parceria com a Fundação do Museu Nacional Ferroviário) e outras surpresas fizeram as delícias das crianças.

Durante esse dia decorreu a II Edição de “*Família em bicicleta*”, para todos os que gostam de passear de bicicleta. A concentração realizou-se junto aos Campos Sintéticos do Bonito, tendo início pelas 9h30m.

Efetou-se um percurso fácil pela cidade, com a duração aproximada de 1h30m, sendo o término do passeio, igualmente, junto aos campos sintéticos.

Também os Bombeiros Voluntários do Entroncamento promoveram com algumas das suas viaturas uma exposição interativa, onde as crianças puderam entrar e conhecer como funcionam as viaturas e quais os equipamentos de cada uma.

O evento é uma organização da Câmara Municipal e contou com o apoio das Juntas de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de São João Baptista, Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, Corpo Nacional de Escutas – Agrupamento 542 e Bombeiros Voluntários do Entroncamento.

Ainda nesse dia, por volta das 19.00h, com a presença de *todo o executivo a tempo inteiro*, e a convite do CADE – Clube Amador de Desportos de Entroncamento, decorreu a festa de inauguração da nova sede social do Clube, cerimónia presidida pela Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, Prof.^a Doutora Ana Abrunhosa.

No dia *02 de junho de 2014*, pelas 14.30h, a convite do Agrupamento de Escolas Cidade do Entroncamento, esteve presente a *Vereadora Dr.^a Tília Nunes* numa Palestra/Debate subordinada ao tema “*Solidariedade Ativa*”, proferida pelo Dr. Fernando Nobre, Presidente da AMI realizada no Auditório da Escola Secundária. Igualmente nesse dia, pelas 16.00 h, a *Vereadora Dr.^a Tília Nunes* esteve presente no Lar Fernando Eiró para agradecimento da colaboração prestada no âmbito da Festa da Flor.»

b) Seguidamente referiu que a Câmara se encontra a ultimar o programa das Festas da Cidade, para ser publicitado.

c) Informou que, na próxima 6.^a feira, em conjunto com as Autarquias da CIMT, a Sr.^a Vice-Presidente irá participar numa audiência com o Sr. Secretário de Estado da Saúde, com a finalidade de expressarmos o nosso descontentamento em relação à possibilidade de se perderem algumas valências na nossa região para o Hospital de Santarém.

d) Entre os dias 6 e 9 de junho, irá, conjuntamente com a Sra. Vereadora Tília, deslocar-se a Friedberg (Alemanha) no intuito de estreitar laços no âmbito do protocolo de geminação que irá ser assinado entre as duas localidades.

e) Também, no âmbito da geminação, está a ser formalizada uma candidatura de apoio comunitário para que, no próximo ano, se possam deslocar mais pessoas a Villiers-sur-Marne.

f) A Câmara Municipal, conjuntamente com a Junta de Freguesia de N. Sra. de Fátima, está a proceder a obras de melhoria no bairro da Liberdade.

g) Estamos a limpar o terreno no bairro Frederico Ulrich, para melhorar a gestão do estacionamento.

INTERVENÇÕES DOS SRS. VEREADORES

2 – VEREADOR SR. RUI GONÇALVES

a) Referindo-se às geminações, entende que as mesmas também servem para experiências culturais e faria sentido serem utilizadas para troca de negócios. Cada vez mais os Municípios têm que ser parceiros do comércio e as geminações são uma boa oportunidade de negócio.

b) Seguidamente apresentou o seguinte requerimento:

«Visando o cumprimento do disposto no art.º 4.º do Estatuto dos Eleitos Locais (Lei n.º 29/87, de 30 de Junho), solicita-se que nos seja facultada cópia de toda a correspondência relativa ao Processo n.º 2013/180/A3/140 (Controlo do Endividamento Municipal e da Situação Financeira da Administração Local Autárquica do Município do Entroncamento), realizado pela Inspeção-Geral de Finanças.»

- Em relação às geminações, o Exmo. Presidente informou que partilhamos a opinião do Sr. Vereador Rui Gonçalves. Já tivemos em França reuniões nesse sentido e também temos a mesma intenção no protocolo a celebrar com Friedberg. Temos já um conjunto de parcerias a ser desenvolvidas com empresários.

- Quanto ao requerimento, o assunto já esteve na última reunião de Câmara, irá satisfazer o pretendido.

3 – VEREADOR SR. DAVID RIBEIRO

a) A rua de acesso ao cemitério, que vira para a Cidade Nova, está num estado lastimoso, o mato está enorme, entendo que a Câmara deveria fechar os acessos ou tratar da zona.

b) Quanto ao acesso às plataformas da estação do Entroncamento, os munícipes estão a ser maltratados com aquelas escadas e elevadores, estamos dispostos a contribuir para outra solução.

c) Existem muitas zonas da cidade em que a iluminação está acesa durante o dia, causando imenso desperdício.

d) Alertou para os acessos aos WC's nas festas da cidade, porque só os do Centro Cultural em funcionamento são manifestamente insuficientes.

e) As reuniões sobre a adoção das 35 horas no Município têm sido escassas e tido poucos resultados. Os trabalhadores estão a ser prejudicados e terá que haver vontade política para chegar com o acordo até ao fim.

- Em relação à limpeza do mato, trata-se de um espaço privado. Estamos a contactar os proprietários para fazerem as limpezas. Vamos com certeza encontrar uma solução.
- Já debatemos várias vezes o assunto do acesso às plataformas na estação. Estamos de acordo com a fraca qualidade da solução encontrada pela REFER, no entanto, temos indicação de que o assunto está a ser estudado.
- Agradece a chamada de atenção relativa ao desperdício da iluminação pública, devemos todos estar atentos, embora a nossa relação com a EDP se estenda pouco além do acesso ao respetivo link.
- Os WC's do Centro Cultural irão estar abertos durante as festas da cidade e estamos a estudar outras alternativas. Também estamos a procurar acautelar espaços para estacionamento junto ao Centro de Saúde.

4 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Como habitualmente, trago hoje aqui alguns assuntos de natureza muito diversa.

« a) Começo por abordar a relação com a EDP que, segundo acaba por nos dizer o Sr. Presidente, vai pouco além do acesso ao link do respetivo. Talvez um atraso no pagamento da fatura da CME, sensibilizasse a empresa para um atendimento mais atento à Câmara Municipal do Entroncamento, certamente um bom cliente em volume de faturação.

b) Solicito informação sobre o processo de negociação com o STAL, relativo à adoção do horário das 35 horas semanais, no nosso município. Pelas últimas informação que recebi, há já algumas semanas, haveria uma data marcada para a conclusão de um acordo apenas pendente de dois ou três pontos de discórdia.

Qual a situação atual? Houve alguma evolução no processo? A existirem, quais os pontos em que se mantém a discordância?

c) Volto agora a transmitir a preocupação de munícipes pelos cortes de água, inesperados e sem pré-aviso, na zona do Pavilhão Municipal, mais concretamente na Rua Fialho de Almeida.

Ontem, depois de almoço, tal voltou a ocorrer, mais uma vez sem se saber porquê. Peço, mais uma vez atenção para este assunto e uma explicação concreta que possa transmitir às pessoas que me abordam.

d) Na sessão da Assembleia Municipal realizada em dezembro do ano passado, o Sr. Presidente confirmou uma informação já antes transmitida à Câmara, sobre o Cine Teatro S. João. Admitiu então, que após vistorias e obras pontuais de reparação, o Cine Teatro, encerrado desde o início de 2010, pudesse reabrir a curto prazo. A dada altura, chegou inclusivamente a apontar Março deste ano, como o mês de uma decisão sobre este processo.

Pergunto, portanto: Que evolução teve este processo? O antigo Cine Teatro vai mesmo beneficiar de obras de reparação e abrir num horizonte próximo? Qual é a expectativa sobre esse horizonte?

e) Finalmente, perante a receção de uma muito controversa proposta de revisão dos Estatutos da Resitejo --- enviada pelo Sr. Presidente --- e a ausência do assunto na Ordem de Trabalhos desta reunião, gostaria de perceber o que se pretende afinal com esta proposta de revisão de estatutos e de receber mais informação sobre esta alteração dos estatutos.»

- Acerca da iluminação pública, o Exmo. Presidente referiu que a EDP certamente debitará juros se a Câmara atrasar os pagamentos, no entanto partilha esta vontade do Sr. Vereador. Já houve conversas com técnicos da EDP, mas reconhece a fraca capacidade de negociação com esta empresa.

- Sobre o horário das 35 horas de trabalho, foi efetuada uma reunião com o STAL, aguardando-se a apresentação de uma contraproposta, sendo a jornada contínua que está a dividir as opiniões. Queremos uma solução que ajude as pessoas e sirva melhor a instituição.

- Quanto aos cortes de água, não tem havido qualquer necessidade de intervenção naquela rua, pelo que serão anomalias da rede.

- Relativamente à abertura do Cine Teatro S. João, as decisões estão tomadas, mas não tem havido possibilidades financeiras de avançar com o processo. Neste momento, estamos em grande sufoco financeiro, uma vez que não temos recebido a faturação da Escola Dr. Rui de Andrade desde dezembro, o que está a obrigar a grande esforço para concluir esta obra e a do Centro Escolar Norte. Também estamos a tentar dinamizar o Estúdio 121, através de parcerias com o Cine Clube de Torres Novas para apresentação de filmes.

- Acerca dos estatutos da Resitejo, informou que haverá uma reunião de trabalho na próxima 5.ª feira com várias Câmaras para debater este assunto. A maioria do capital deverá manter-se nos Municípios.

- Por último, o Vereador Sr. Carlos Matias, sobre os estatutos da Resitejo, acrescentou que não estamos disponíveis para os aprovar, dado que abrem a porta à privatização. São muito gravosos e têm o nosso redondo não.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 20 de maio de 2014, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

7295/14 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ENVIO DE EDITAL

- Ofício n.º 63/14, de 27 de maio, da Assembleia Municipal do Entroncamento, a comunicar que vai realizar no próximo dia 13 de junho, pelas 21:00 horas, na Sala de Sessões desta Câmara Municipal, uma Sessão Ordinária conforme o edital que

anexa, solicitando a comparência do Exmo. Presidente, bem como dos Senhores Vereadores que compõem o Município.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

7218/14 - ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TOMAR – ENVIO DE MOÇÃO

- Ofício n.º 321, de 10 de maio de 2014, da Assembleia Municipal de Tomar, a enviar a Moção apresentada pelo Grupo Municipal Independentes por Tomar – 25 de abril, aprovada por unanimidade na sua sessão ordinária realizada em 30 de abril de 2014, do seguinte teor:

«INDEPENDENTES POR TOMAR – 25 DE ABRIL – MOÇÃO

Comemorou-se mais um aniversário da histórica data de 25 de Abril de 1974, em que os militares, com o inequívoco e entusiástico apoio do povo português, derrubaram o regime ditatorial, restituíram as liberdades fundamentais e abriram caminho ao processo de democratização, que, assente no poder criativo dos Portugueses, gerou desenvolvimento e bem estar.

São passados quarenta anos e encontrarmo-nos confrontados com uma das maiores crises da nossa história, verificando-se um nítido e preocupante retrocesso nas políticas de crescimento económico, de emprego, de desenvolvimento e de bem-estar e apoio social.

Apesar de tudo valeu a pena o 25 de Abril, que se continua a impor como referência obrigatória de união dos que amam a liberdade e como esperança indestrutível no ideário da libertação e na busca incessante de uma sociedade mais digna, mais fraterna e com maior justiça social.

Com o 25 de Abril surgiu o Poder Local Democrático, o qual tem sido um pilar fundamental da construção e da consolidação do regime democrático, possibilitando a participação das populações na vida pública como protagonistas do seu quotidiano, com relevância para os movimentos de cidadãos que têm aumentado em todo o País, pese embora as limitações financeiras e os entraves ao uso de símbolos e siglas nas eleições.

A dignificação do Poder Local Democrático constitui uma tarefa essencial e a sua consolidação passa pelo apoio efetivo do Poder Central, dotando-o de meios suficientes ao cumprimento das suas competências descentralizadas e desconcentradas, pelo aprofundamento do diálogo com os Municípios, com a sua participação de pleno direito nas decisões, opções e atos legislativos relativos ao Poder Local e ainda por uma maior autonomia, com uma fiscalização adequada e eficaz por instâncias jurisdicionais independentes.

A Assembleia Municipal de Tomar, reunida em 30 de Abril de 2014, decide:

1. Evocar a história e marcante data de 25 de Abril de 1974, saudando os Militares de Abril e todos aqueles que contribuíram para esse inesquecível acontecimento e apelar a todos os Tomarenses, em especial aos mais jovens, para que prossigam os ideais da liberdade, da democracia, da fraternidade, da tolerância, da justiça social e para que participem ativamente na vida pública da comunidade.
2. Sublinhar a importância fundamental do Poder Local Democrático e exigir o seu esforço, a sua consolidação, o seu desenvolvimento e a sua dignificação, proporcionando-lhe as condições necessárias ao serviço de proximidade prestado

às populações no suprimento das insuficiências do Poder Central, que são cada vez mais.

3. Aprovar a presente moção em minuta e transmiti-la ao Sr. Presidente da República, à Assembleia da República (Presidente e Grupos Parlamentares), ao Governo, às Câmaras Municipais da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, à Associação Nacional de Municípios, à Associação Nacional de Freguesias, às Assembleias de Freguesia do Concelho e publicitá-la na comunicação social.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7091/14 – APRECIÇÃO PARLAMENTAR DO MAPA JUDICIÁRIO – AUDIÇÃO PÚBLICA - CONVITE

- E-mail de 23 de maio findo, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a comunicar que se encontra presentemente em apreciação na Assembleia da República a Apreciação Parlamentar do Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que concretiza o chamado “mapa judiciário”, suscitada por este Grupo Parlamentar.

Com este diploma, o Governo pretende extinguir as 230 comarcas atualmente existentes e fazer coincidir tendencialmente as comarcas judiciais com os distritos ou regiões autónomas (com exceção de Lisboa e do Porto), prevendo a existência de 23 comarcas em todo o país.

Com esta divisão judicial, alegadamente justificada em nome da especialização e da qualidade da aplicação da Justiça, o Governo visa desferir um golpe profundo no acesso dos cidadãos à tutela judicial efetiva. O que caracteriza esta reforma, é o encerramento de tribunais, a desqualificação de tribunais em meras extensões, a concentração de valências nas capitais de distrito, o prejuízo das populações que vivem fora dos grandes centros e do litoral, cada vez mais afastadas do acesso à Justiça.

Às dificuldades atualmente existentes, decorrentes da escandalosa onerosidade do acesso aos tribunais e da negação de apoio judiciário, que privam milhões de cidadãos à Justiça, somam-se agora dificuldades da distância, da falta de transporte e do custo das deslocações decorrentes da concentração dos tribunais e das valências judiciais. Acresce que o encerramento dos tribunais será mais um passo na desertificação do interior do país. Ao encerramento de unidades de saúde, de estações de correios, de balcões da segurança social e de outros serviços públicos, e da extinção de freguesias, junta-se agora o encerramento e a degradação de tribunais, a contribuir para o empobrecimento e o abandono do interior do país.

Ao desencadear o processo de Apreciação Parlamentar do Mapa Judiciário e ao apresentar um vasto conjunto de propostas de alteração, o Grupo Parlamentar do PCP pretendeu lançar, por via da Assembleia da República, um debate participado e profundo sobre a organização judiciária, e permitir a sua alteração de modo a ter em conta as justas aspirações das populações no acesso à Justiça e as objeções que têm vindo a ser feitas por parte de autarquias, populações e muitos profissionais do foro.

Para este efeito, apresentam convite para participar na Audição Pública sobre a Apreciação Parlamentar do Mapa Judiciário no dia 2 de junho, pelas 14,30H no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

EXPEDIENTE DIVERSO

4890/14 – CAÇULINHAS ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA PARA CRIANÇAS – PAÍSES LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

- E-mail de 26 de maio findo, de Caçulinhas, Associação Humanitária para Crianças – Países Língua Oficial Portuguesa, a solicitar a isenção de taxas de cedência de um espaço gratuito nas festas de S. João e da Cidade do Entroncamento, para colocação de uma banca para uma ação Humanitária, através de venda de brindes a preços simbólicos, que revertem a favor de crianças.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, isentar as taxas da cedência de espaço.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6629/14 – ASSOCIAÇÃO DE PATINAGEM DO RIBATEJO – 1.º TORNEIO MINI HÓQUEI – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO

- E-mail de 13 de maio findo, da Associação de Patinagem do Ribatejo, a solicitar a reserva do Pavilhão Municipal do Entroncamento, para o dia 10 de junho, entre as 9h e as 19horas, para a realização do 1.º Torneio Mini Hóquei, para atletas entre os 6 e os 9 anos.

Sendo este evento de grande dimensão distrital, solicitam a isenção de taxas de ocupação do Pavilhão e da exploração do bar.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, isentar as taxas de utilização.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

6725/14 – SINDICATO INDEPENDENTE DE PROFESSORES E EDUCADORES DE SANTARÉM – ORGANIZAÇÃO DE CONVÍVIO - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE UTILIZAÇÃO

- E-mail de 14 de maio findo, do Sindicato Independente de Professores e Educadores, com sede do Entroncamento, a comunicar que vai organizar um convívio para os seus sócios, familiares e amigos, no dia 14 de junho corrente, das 9 às 15 horas, no Parque do Bonito, para o qual solicitam autorização para utilização de um campo sintético de futebol junto às piscinas, bem como um ponto de eletricidade, para ligar insuflável e aparelhagem sonora junto à Praça do Cais, se possível para desenvolver aula de zumba e ter música ambiente.

Para este efeito também solicitam que este pedido seja atendido de forma gratuita.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, conceder a isenção de taxas de utilização.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENSINO PRÉ-ESCOLAR E 1.º CICLO

7079/14 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA SOPHIA DE MELLO BREYNER – FESTA DE FINAL DE ANO - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA LICENÇA ESPECIAL DE RUÍDO

- Petição da Associação de Pais e Encarregados de Educação do Jardim de Infância Sophia de Mello Breyner do Entroncamento, a solicitar a isenção do pagamento da licença especial de ruído, para a realização da festa de final de ano, que vai levar a efeito, no dia 12 de junho, no Jardim de Infância, das 19 às 24 horas.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, conceder a isenção de taxa especial de ruído.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CLUBES ASSOC. DESPORT. CULTURAIS DO ENTR.º

6973/14 – CADE – CLUBE AMADOR DE DESPORTOS DO ENTRONCAMENTO – COLOCAÇÃO DE LÁPIDE NO CEMITÉRIO – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Carta datada de 23 de maio findo, do CADE – Clube Amador de Desportos do Entroncamento, a solicitar, de acordo com os n.ºs 2 e 3 do art.º 39.º do RMUE, a isenção do pagamento de taxas referente à colocação de uma lápide de

homenagem aos diretores, sócios e atletas já falecidos, no cemitério do Entroncamento.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Autorizo a isenção de taxas ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a ratificar na próxima reunião».

- A Câmara, deliberou por unanimidade, ratificar o presente despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

7457/14 – PROPOSTA DE NOMEAÇÃO DE SECRETÁRIO PARA GABINETE DE APOIO À VEREAÇÃO

Da Vereadora a Tempo Inteiro, Sra. Tília Nunes, foi presente a seguinte proposta:

«Desde finais de novembro de 2013 que se encontra a prestar serviço de apoio no gabinete da vereação, num período de adaptação e formação de 6 meses, a trabalhadora desta Câmara Municipal, com a categoria de Assistente Técnica, Andrea de Jesus Campanhe.

Considerando que a mesma tem desempenhado estas funções com zelo e competência e que se torna imprescindível a sua continuação para o bom funcionamento do mesmo, propõe-se a sua nomeação como secretária do gabinete de apoio supra- referido nos termos do n.º 2 do artigo 42.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.»

- A Câmara tomou conhecimento.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

7351/14 – ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS DURANTE AS FESTAS DA CIDADE - PROPOSTA

- Do Vereador Sr. Carlos Amaro foi presente a seguinte proposta:

«O Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Entroncamento, estabelece no seu artigo 3.º, o horário de funcionamento, para cada tipo de estabelecimento.

Considerando que as festas da cidade se vão realizar no centro da cidade e que as mesmas constituem um importante atrativo para o concelho e que podem promover o comércio local, proponho que a Câmara delibere o alargamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados no concelho do Entroncamento, até ao limite do previsto no Regulamento Municipal dos Períodos de Abertura e Encerramento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Entroncamento, de acordo com as imposições legais.

De acordo com o referido artigo 3.º do RMPAEEVPPSE, os estabelecimentos comerciais podem ter os seguintes horários de funcionamento:

- 1 – Os estabelecimentos de venda ao público e de prestação de serviços situados no concelho do Entroncamento, poderão ter um período de funcionamento diário, todos os dias da semana, entre as 6 horas e as 24 horas, sem prejuízo do disposto nos números e artigos seguintes.
- 2 – Cafés, cervejarias, casas de chá, restaurantes, snack-bares, self-services, bares e pubs, pastelarias, confeitarias e leitarias poderão estar abertos entre as 6 e as 2 horas todos os dias da semana.
- 3 – Os estabelecimentos localizados em centros comerciais poderão estar abertos entre as 6 e as 24 horas todos os dias da semana.

4 – As lojas de conveniência poderão estar abertas até às 2 horas todos os dias da semana.

5 – As esplanadas dos estabelecimentos referidos no n.º 1 e no n.º 2 poderão funcionar até às 24 horas, exceto quando instaladas em locais onde não perturbem a ordem pública, o descanso da vizinhança e a moral social, em que poderão estar abertos em conformidade com o horário permitido ao estabelecimento.

6 – Os proprietários dos estabelecimentos com esplanada responsabilizar-se-ão pela desocupação dos locais da sua instalação, durante o encerramento do estabelecimento, desde que ocupem espaços do domínio público.

7 – Os clubes de diversão, discotecas, boites, dancings, casas de fado e estabelecimentos análogos, poderão funcionar diariamente das 21 horas às 4 horas.

8 – Salões de jogos, poderão funcionar das 9 horas até às 2 horas.»

- A Câmara, após aceitar e discutir esta proposta, aprovou-a por unanimidade.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO

15230/13 – CONTRATOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS E ACORDOS DE EXECUÇÃO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL E A JUNTA DE FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA E DE SÃO JOÃO BATISTA - PROPOSTA

Presentes os contratos de delegação de competências e acordos de execução entre a Câmara Municipal do Entroncamento e a Junta de Freguesia de Nossa Senhora de Fátima e de S. João Batista, ao abrigo dos art.ºs 131.º e 132.º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os quais se dão aqui como integralmente reproduzidos.

Presente, também a seguinte proposta da Vice-Presidente, Sra. Ilda Joaquim:

«O grupo de trabalho nomeado para elaboração de estudos prévios necessários à celebração de contratos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia, conforme previsto no artigo 112.º da Lei 75/2013 de 12/09, concluiu que os contratos já celebrados e aprovados pela Assembleia Municipal em deliberação de 29/11/2013, respondem aos objetivos da Lei.

Não obstante é necessário proceder a um pequeno ajuste na descrição das competências delegadas, tornando-as mais adequadas à realidade.

Após revisão desses ajustes, elaboraram-se os documentos que se anexam, propondo-se a sua aprovação pela Câmara e subsequente envio à Assembleia Municipal a fim de se obter a devida autorização, conforme previsto na alínea m) do no n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013 de 12/09.

Mais se informa estar concluído o trabalho do grupo nomeado, cessando este a sua atividade.»

O Vereador Sr. Carlos Matias apresentou a seguinte intervenção:

«Irei abster-me porque, sendo em princípio favorável à descentralização e à delegação de competências, estes contratos (em concreto), apesar das alterações, me parecem excessivamente vagos.

No meu sentido de voto, atenderei ainda ao conteúdo do debate sobre esta matéria, ocorrido na Assembleia Municipal, especialmente às reservas aí apontadas pela bancada do Bloco de Esquerda.»

- A Câmara, deliberou, por maioria, aprovar e rubricar os contratos de delegação de competências e acordos de execução e remetê-los à Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea m) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

- Mais deliberou aprovar a proposta da Sra. Vice-Presidente, Ilda Joaquim.

- Abstiveram-se os Vereadores Srs. Rui Gonçalves e Carlos Matias.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

INFORMAÇÃO FINANCEIRA

7339/14 - INFORMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL – ABRIL DE 2014

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a informação acerca da situação financeira do Município, relativa ao mês de abril de 2014.

- A Câmara tomou conhecimento.

- O Exmo. Presidente realçou o facto de o concelho do Entroncamento ter sofrido uma redução significativa dos impostos – IMI e IMT.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SIADAP

6938/14 – SIAG – SISTEMA DE INFORMAÇÃO E APOIO À GESTÃO – ABRIL DE 2014

- Do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho, foi presente, no âmbito do SIADAP, o mapa do SIAG – Sistema de Informação e Apoio à Gestão, dando conhecimento da estatística do movimento processual efetuado nos diversos setores do Departamento de Administração Geral e Finanças, no mês de abril de 2014.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

MERCADO DIÁRIO

4856/14 – HASTA PÚBLICA PARA ARREMATÇÃO DE DIREITO DE OCUPAÇÃO DAS LOJAS N.ºS 11, 13, 39,45 E 47 DO MERCADO MUNICIPAL – ATA

- Da Coordenadora Técnica Conceição Antunes da Secção de Licenças e Taxas, foi presente a informação que a seguir se transcreve, relativa à hasta pública das lojas do mercado municipal, acompanhada da respetiva ata:

«1 - A hasta pública realizou-se no dia 21 de Maio de 2014, pelas 18 horas;

2 - Para as lojas n.º 11 e 13, não foi apresentado qualquer lanço relativo às mesmas;

3 - A loja n.º 39, foi arrematada pelo valor de 670,00€, a loja n.º 45, foi arrematada pelo valor de 1000,00€, a loja 47, foi arrematada pelo valor de 850,00€.

4 - Nos anexos 18, 19 e 20, constam as guias de receita, relativas aos encargos da hasta pública;

5 - No anexo 21, consta a ata referente à hasta pública;

6 - Deve ser presente à reunião, para conhecimento.»

- A Câmara tomou conhecimento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7358/14 – MERCADO DIÁRIO – ATRIBUIÇÃO DE LOJA N.º 13 (INTERIOR) – FIRMA JOSÉ MARTINS ESCUDEIRO & FILHOS, LDA.

- Na sequência da petição de José Martins Escudeiro & Filhos, Lda., a solicitar que lhe seja atribuída a loja n.º 13 do Mercado Diário, atendendo a que a respetiva hasta pública, efetuada no dia 21 de maio, ficou deserta, foi presente a seguinte informação do Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças, Dr. Gilberto Martinho:

«O pedido agora formulado enquadra-se no artigo 35.º do Regulamento do Mercado Diário, que refere que quando não tenha havido pretendente no ato da arrematação a Câmara poderá conceder a ocupação a requerimento de qualquer interessado, com dispensa de arrematação, mas com o pagamento da taxa mínima fixada e dos encargos de arrematação.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, conceder a atribuição da referida loja do mercado municipal.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

6466/14 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTADORIA EM MATÉRIA DE SEGUROS – PARECER PRÉVIO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, do Setor de Aprovisionamento, foi presente a seguinte informação, referente à contratação de uma Prestação de Serviços de Consultadoria em matéria de Seguros.

A SABER:

«I – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

Nos termos do n.º 4 do art.º 73.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro, que aprova o Orçamento de Estado para 2014 carece de parecer prévio vinculativo a celebração ou renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e posteriores alterações, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença

b) Contratos de prestação de serviços cujo objeto seja a consultoria técnica

Nas autarquias locais, este parecer é da competência do órgão executivo, depende dos requisitos previstos no n.º 5 do art.º 73.º da referida lei e deve ser instruído, de acordo com o n.º 2 do artigo 3.º da portaria 53/2014 de 3 de março, com os seguintes elementos:

a) Descrição do contrato e seu objeto, demonstrando não se tratar de trabalho subordinado, bem como a inconveniência do recurso a modalidade de relação jurídica de emprego constituída ou a constituir e a inexistência de pessoal em situações de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;

b) Declaração de confirmação de cabimento orçamental emitida pelos respetivos serviços;

c) Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato;

d) Informação da contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum;

e) Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória prevista no artigo 19.º da Lei 55-A/2010 de 31 de dezembro, e posteriores alterações, juntando elementos e cálculos relevantes, face ao contrato em renovação ou anteriormente celebrado sempre que a prestação de serviços tenha idêntico objeto e ou contraparte.

Para efeitos da aplicação da redução remuneratória, a que se refere o art.º 33.º da LOE2014 é considerado o valor total do contrato de aquisição de serviços, exceto no caso das avenças, previstas no n.º 7 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, e pelo Decreto-Lei n.º 47/2013 de 5 de abril, alterada pela Lei n.º

66/2013 de 27 de agosto, em que a redução incide sobre o valor pagar mensalmente.

II – Enquadramento legal do pedido de parecer prévio vinculativo

No seguimento do procedimento de contratação para Prestação de Serviços na área dos Seguros – Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Responsabilidade Civil e Automóvel constante no registo de SGD 3723/2014, torna-se necessário proceder à contratação de **Serviços de Consultadoria em Matéria de Seguros**. O mediador/corretor selecionado fará a ligação entre a entidade adjudicante (Município do Entroncamento) e os vários adjudicatários (Fidelidade – Companhia de Seguros S.A., Lusitânia – Companhia de Seguros S.A. e MAPFRE Seguros Gerais S.A.) na qualidade de entidade especializada na técnica seguradora, que apoiará, colaborando com estas em todas as matérias relacionadas com a gestão das apólices, sinistros, análise de riscos (deverá ter nos seus quadros um técnico analista de riscos oficialmente habilitado) e cobrança dos prémios, nos termos do estabelecido no decreto-lei n.º 144/2006 de 31 de Julho, sendo remunerado pela Seguradora nos termos do referido diploma legal.

Assim e uma vez que a emissão do parecer prévio depende dos requisitos acima enunciados, cumpre-nos instruir o parecer com os seguintes elementos:

a) **Descrição do contrato e seu objeto** - Atendendo à natureza do objeto do contrato de aquisição de serviços que se pretende celebrar, constata-se que não se trata de trabalho subordinado, em face dos pressupostos contratuais evidenciados e da natureza do próprio contrato, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público para a execução dos serviços objeto do contrato.

b) **Declaração de confirmação de cabimento orçamental** – O serviço de mediador/corretor não será remunerado pelo município do Entroncamento mas sim pelas seguradoras nos termos do D.L. n.º 144/2006 de 31 de julho; pelo que não existe nenhum cabimento orçamental a efetuar.

c) **Indicação e fundamentação da escolha do procedimento de formação do contrato** – Com vista à adjudicação do contrato de aquisição de serviços em causa, irá ser adotado o procedimento por Ajuste Direto em conformidade com a al. a) do n.º 1 do art.º 20.º do CCP, visto que o valor do contrato a celebrar não ultrapassa os 75.000€.

Para efeitos de contratação pública entende-se como **valor do contrato** “o valor máximo do benefício económico que, em função do procedimento adotado, pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução de todas as prestações que constituem o seu objeto. Para além do preço a pagar pela entidade adjudicante o benefício económico inclui o valor de quaisquer contraprestações a efetuar em favor do adjudicatário e ainda o valor das vantagens que decorrem diretamente para este da execução do contrato e que possam ser configuradas como contrapartidas das prestações que lhe incumbem.

Para tal serão convidadas a apresentar proposta as seguintes entidades:

- Sabseg Seguros
- Gestmed Mediação de Seguros Lda
- Jmbelo – Mediação de Seguro Unipessoal Lda
- Viriato Baptista Marques
- Laureano-Mediação de Seguros Lda (Entroncamento)
- Eurico Nunes - Fidelidade Seguros

d) Informação sobre a contraparte, designadamente no que respeita à relação ou à participação de ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem como do respetivo

cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2.º Grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum - Quanto a esta informação, não se conhece qualquer grau de parentesco ou pessoa com quem viva em economia comum, com atuais colaboradores ou ex-colaboradores e o Município.

e) **Demonstração do cumprimento e aplicação da redução remuneratória** — Tendo em conta o exposto nas alíneas b) e c) este requisito não se aplica

III – Da proposta em sentido estrito

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciado, considera-se que deverá o órgão executivo emitir parecer prévio favorável, por força do disposto nos n.ºs 4 e 11 da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro, relativamente à celebração do contrato para **Prestação de Serviços de Consultadoria em Matéria de Seguros /Corretagem**, por se encontrarem reunidos, no caso individual e concreto, todos os requisitos previstos no n.º 5 do art.º 75.º da Lei 83-C/2013 de 31 de dezembro.»

- O Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Emito o parecer prévio ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, devendo ir a ratificar na próxima reunião.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

5723/14 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUDITORIA EXTERNA – RELATÓRIO FINAL E MINUTA DO CONTRATO

- Da Técnica Superior Dr.ª Filipa Silvestre, dos Serviços de Aprovisionamento, foi presente o Relatório Final, referente à abertura do concurso público para prestação de serviços de Auditoria Externa.

A SABER:

Objeto da contratação: Prestação de Serviços de Auditoria Externa
Valor Base - 14.400€
Refª do Procedimento: APROV/AJ/SERVIÇOS/010//2014

Reunião de análise das propostas: Data: 07//04/2014

Membros designados para integrar o Júri:

Presidente: Dr. Hugo Gonçalves.....

1.º Vogal: Dr.ª Filipa Silvestre.....

2.º Vogal: Dr.ª Susana Silva

Suplentes: Dr. Emanuel Fernandes e Dr.ª Fátima Rosa

Aos 29 dias do mês de maio 2014 o júri designado para conduzir o procedimento que tem por objeto a Prestação de Serviços de Auditoria Externa, reuniu com o objetivo de ponderar as possíveis observações dos concorrentes em sede de audiência prévia, por forma a confirmar a ordenação final das propostas constantes no relatório preliminar.

I – Audiência Prévia

Em cumprimento do disposto no artigo 123.º do CCP, o júri enviou a todos os concorrentes o Relatório Preliminar, tendo fixado o prazo de 5 dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo do direito da audiência prévia, não tendo nenhum dos concorrentes reclamado da decisão do júri, tal como se pode constatar nos mails anexos ao presente relatório.

Face ao que antecede o júri não altera o teor e as conclusões do Relatório Preliminar, pelo que se mantem a seguinte ordenação:

ORDEM	CONCORRENTES	Valor Total da Proposta (s/iva)
1.º	MRG – Roberto, Graça & Associados, SROC	10.950€
2.º	Alberto Soares & Associados	11.520€
3.º	Marques de Almeida, J. Nunes, V. Simões & Associados	13.200€
4.º	João Pedro Dâmaso – Soc. de Revisores Oficiais de Contas Unip. Lda	13.416€

II – Adjudicação e formalidades complementares

I.I – Proposta de adjudicação

Em consequência do acima exposto e pelo facto do concorrente **MRG – Roberto, Graça Associados, SROC** ter ficado classificado em 1.º Lugar o júri delibera propor que a **Prestação de Serviços de Auditoria Externa** lhe seja adjudicada pelo valor de **10.950€, acrescido de iva à taxa legal em vigor; sendo 5.000€** (acrescido de iva) respeitante aos trabalhos de certificação das contas de 2013 e **5.950€** (acrescido de iva) relativos aos trabalhos de acompanhamento, orientação e emissão de parecer dos documentos previsionais e prestação de contas para o ano de 2014

II.II – Caução

Face ao valor, considera-se que não deve ser exigida caução nem se deve proceder se à retenção nos pagamentos prevista no n.º 3 do art.º 88.º do CCP.

II.III – Contrato escrito

Uma vez que não foi exigida caução, propõe-se nos termos do n.º 2 do art.º 98.º do CCP, a aprovação da minuta que se anexa.

Em cumprimento com o disposto no n.º 1 do artigo 5.º da LCPA foi comprovado a existência de fundo disponível à data, por forma a permitir a assunção do respetivo compromisso. (N.º Sequencial 28780)

III. Nomeação do auditor – lei das Finanças Locais

De acordo com o art.º 77.º da Lei n.º 73/2013 de 3/9 (Lei das Finanças Locais) “ o auditor externo, responsável pela certificação legal de contas, é nomeado por deliberação do órgão deliberativo, sob proposta do órgão executivo, de entre revisores oficiais de contas ou sociedades de revisores oficiais de contas”; pelo que, o presente relatório com proposta de adjudicação deve ser presente na próxima reunião de câmara, a fim de ser aprovado e submetido à assembleia municipal para a sua nomeação.»

- Presente também da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, para aprovação, a minuta do contrato da referida prestação de serviços.
- A Câmara deliberou, por maioria, aprovar o Relatório Final e a minuta do contrato e remeter à Assembleia Municipal.

- Absteve-se o Vereador Sr. Rui Gonçalves, que declarou o seguinte: “ Em consonância com as decisões tomadas anteriormente, abstenho-me “
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

BARES MUNICIPAIS

9627/12 – CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO RESTAURANTE/BAR/ ESPLANADA LOCALIZADO NO PARQUE DO BONITO – PEDIDO DE ISENÇÃO DA RENDA DO MÊS DE MARÇO

- Foi presente o pedido de Mário Alexandre Pinto Caleiro, a solicitar a isenção do pagamento da renda do mês de março de 2014, alegando alguns trabalhos em falta para as condições mínimas para a sua implementação no edifício.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«O contrato foi assinado em 6 de março de 2014. O estabelecimento abriu ao público em 9 de maio, pelo que está dentro dos prazos previstos não tendo ocorrido qualquer situação anormal e imprevisível que justifique o pretendido.

Sou de parecer que o presente pedido deve ser indeferido.»

- A Câmara, deliberou, por maioria, apontar a sua decisão no sentido do indeferimento deste pedido, de acordo com o despacho do Exmo. Presidente, pelo que dispõe o interessado de um prazo de 10 dias para, ao abrigo do art.º 101.º do CPA dizer o que se lhe oferecer, em audiência escrita, considerando-se definitivamente indeferido, caso nada seja dito nesse período.
- Votou contra o Vereador Sr. Rui Gonçalves.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PATRIMÓNIO

4773/14 – ESTALEIRO “JOÃO HENRIQUES” – PROGRAMA E CONDIÇÕES GERAIS PARA ALIENAÇÃO E ARREMATACÃO DE SUCATA EM HASTA PÚBLICA E MODELO DE PROPOSTA

- Na sequência da informação do Chefe de Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, Arquiteto Rafael Domingos, relativa à conclusão da constituição dos lotes de sucata no estaleiro “João Henriques”, para preparação da hasta pública, foi presente, da Assistente Técnica Ana Paula Cardoso, dos Serviços de Notariado, a seguinte informação:

«Relativamente à transição anterior informo que segundo informação verbal da Eng^a. Cláudia, os candidatos à Hasta Pública deverão ser operadores autorizados com competência para o exercício da atividade de gestão de Resíduos, conforme consta na Cláusula 5^a. da minuta do programa e Condições Gerais em anexo 4.

Anexou-se minuta do programa e condições Gerais da Hasta Pública e minuta da proposta (anexos 4 e 6) para a devida análise e aprovação, bem como nomeação da Comissão do ato público, composta por 3 elementos 1 dos quais preside.

-Deverão ser verificados os artigos identificados a vermelho:

-data da hasta pública, dia e hora.

-valor dos lanços

-prazo para levantamento da sucata do estaleiro

-no artigo 18.º verificar o documento aí referido (Certificado de Destruição ou Desmantelamento da viatura ou alteração do registo de propriedade).

Sugere-se a publicação do Edital pelo prazo de 10 dias, de acordo com o artigo 71.º do Código do Procedimento Administrativo, prazo durante o qual as propostas poderão ser aceites. Findo este prazo seria realizada a Hasta Pública, por isso está na minuta a data de 23 de junho de 2014.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação, proceder à abertura da Hasta Pública e nomear os seguintes elementos para constituição da Comissão:
- Presidente: Arquiteto Rafael Domingos, Chefe de Divisão do Ambiente e Serviços Urbanos;
- Vogais efetivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral e Ana Paula Cardoso, Assistente Técnica;
- Vogais Suplentes: Dr. Hugo Gonçalves, Chefe de Divisão de Finanças e Património e Dr.ª Filipa Silvestre, Técnica Superior.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

6648/14 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D'ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 16 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Foi presente o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 16, do Contrato Inicial, no valor de 81.217,67€ (oitenta e um mil duzentos e dezassete euros e sessenta e sete cêntimos), elaborado em 30 de abril de 2014, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.

- Sobre este assunto o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:
«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3, do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, procedo à homologação do presente auto de medição, devendo o mesmo ser sujeito a ratificação na próxima reunião camarária.»
- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o presente despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

5379/13– ESCOLA BÁSICA DO 1.º CICLO + JARDIM DE INFÂNCIA SUL – LIBERAÇÃO PARCIAL DAS CAUÇÕES (3.ª)

- Do Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, Eng.º Nuno Carda, foi presente a seguinte informação, relativa à 3.ª liberação parcial de caucões referente à empreitada de “Escola Básica do 1.º Ciclo + Jardim de Infância Sul”:

«Com base no Decreto-Lei n.º190/2012, de 22 de Agosto, que estabelece um regime excecional de liberação de caucões em empreitadas de obras públicas com contratos já celebrados ou a celebrar até 1 de julho de 2016, solicitou o empreiteiro a realização de uma vistoria a todos os trabalhos da empreitada mencionada em epígrafe.

A referida vistoria foi realizada no dia 28 de Maio de 2014, na qual compareceram o Eng.º Hélio Nunes, na qualidade de representante do empreiteiro, Tecnorém Engenharia e Construções S.A., e eu, Eng.º Nuno Teixeira Carda, como representante da Câmara Municipal do Entroncamento.

Encontrando-se já decorridos 3 anos após a receção provisória, realizada no dia 8 de Abril de 2011, e tendo-se verificado na vistoria efetuada não existirem defeitos de obra da responsabilidade do empreiteiro, deverá, de acordo com a alínea 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º190/2012, se proceder à **liberação de 15% da caução total da obra**.

Atualmente, após as duas primeiras liberações de garantias, permanece a quantia de 62.617,26€ da garantia bancária nº 2540.001086.193 da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Nesta fase o montante total a reter como caução deverá corresponder a 2,5% do valor total dos trabalhos realizados na empreitada, ou seja 39.135,79€, pelo que se

pode autorizar a liberação no valor de 23.481,47€ da garantia bancária nº 2540.001086.193 da Caixa Geral de Depósitos, S.A.

Mais se informa que, de acordo com a alínea 4 do artigo 4.º do Decreto-Lei 190/2012, a decisão de liberação da caução deverá ser comunicada ao empreiteiro, através de carta registada com aviso de receção ou correio eletrónico com recibo de leitura, no prazo de 30 dias contados da data da vistoria realizada.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, de acordo com a informação dos serviços, proceder à liberação parcial da caução.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

7020/14 – PROC.º DE OBRAS N.º 17/2013 – GASLAR, LDA – CONSTRUÇÃO DE MURO DE VEDAÇÃO – INSTALAÇÕES DE DEPÓSITOS DE GÁS – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 17/2013, em nome de Gaslar, Lda, referente à construção de um muro de vedação para instalação de depósito de gás, na rua das Fontainhas, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 28/05/2014.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

7095/14 – PROC.º DE OBRAS N.º 06/2014 – ENTROAGRO, LDA – CONSTRUÇÃO DE ARMAZÉM AGRÍCOLA DE APOIO ÀS ESTUFAS – DECISÃO FINAL

- Presente o processo de obras número 06/2014, em nome de Entroagro, Lda, referente à construção de armazém agrícola de apoio às estufas, na rua Casal Melão, nesta cidade, no seguimento do deferimento do projeto de arquitetura e apresentação dos projetos das especialidades.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, aprovar o processo de acordo com os condicionamentos do parecer do Técnico Superior Eng.º Civil Joaquim Canteiro, da Divisão de Urbanismo e Obras Particulares, emitido em 29/05/2014.

- Mais deliberou aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos.

LOTEAMENTOS

5085/14 – ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 07/2000 – BINOLINO - CONSTRUÇÕES, LDA – URBANIZAÇÃO DO CASAL VIDIGAL - REDUÇÃO DE GARANTIA BANCÁRIA

- Da Técnica Superior Dr.ª Márcia Fanha, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação relativa à redução de garantia bancária, do alvará de loteamento n.º 7/2000, sito na urbanização do Casal Vidigal, nesta cidade, em nome de Binolino – Construções, Lda.

«Na sequência da deliberação tomada em 20/05/2014 em que foi decidido, relativamente à garantia bancária mencionada em título, cujo valor, após várias reduções estava em 226 455,94€, proceder à respetiva redução para o montante de 108 317,50€, vem o promotor do loteamento alertar para o facto de já terem sido rececionadas definitivamente infraestruturas subterrâneas (telefónicas) por parte da Portugal Telecom, facto que não foi considerado na referida deliberação.

Consultando o processo, verifica-se a existência de um ofício da PT confirmando a receção definitiva daquelas infraestruturas subterrâneas e informando que poderão ser libertadas as cauções e garantias correspondentes.

Sem prejuízo de se proceder a um levantamento concreto das situações que, pelo decorrer do tempo, terão necessidade de ser retificadas, conforme informação prestada pelo Eng.º Nuno Valente presente na reunião de 20/05/2014, propõe-se

que a garantia referida seja reduzida para o montante de 100 216,14€ (redução de 10% do Montante das infraestruturas subterrâneas (telefones) no valor de 8 101,33€).»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, reduzir a respetiva garantia bancária, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.

- E eu, _____, Coordenador Técnico na Divisão de Inovação e Modernização Administrativa, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.